

5.ª
28.06.2018

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE
FREGUESIA DE CARNIDE**

ACTA

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e dezasseis minutos, reuniu, na Sala Cripta, facultada pelo Seminário da Luz, para efectivação da sua quarta sessão ordinária do quadriénio 2017-2021 a Assembleia de Freguesia de Carnide, tendo estado presentes: **MARIA VILAR DIÓGENES, FERNANDO JOSÉ LOURO OLIVEIRA, MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ, JOSÉ ANTÓNIO DA COSTA MORGADO, VASCO HENRIQUE MARQUES BARRETO DE CASTRO FERREIRA, DIANA ISABEL BECHET GONÇALVES VALE e MIGUEL MARTINS AGROCHÃO.**

Por impossibilidade de estarem presentes, e cuja ausência foi devidamente justificada e atempadamente comunicada, **PAULO RENATO LOPES RODRIGUES (CDU)** foi substituído por **MIGUEL MARÇAL; MÁRIO ANTÓNIO OLIVEIRA ALVES (CDU)**, foi substituído por **NOEMI SILVA PARAÍSO; JOÃO VENTURA TOURÃO (CDU)**, foi substituído por **TÂNIA ESTRONCA; JORGE HUMBERTO OLIVEIRA DA SILVA (CDU)**, foi substituído por **BRUNO NOVAIS; DANIEL LUÍS MARTINS DA SILVA SOARES (PS)**, foi substituído por **MARIA JOÃO FAGUNDES; VIRGINIA CRUZ GARCIA PINTO (PS)**, foi substituída por **IRENE QUEIMADO.**

Por parte do Executivo estiveram presentes: **FÁBIO MARTINS DE SOUSA, FLORIANE SILVESTRI, MARIA TERESA FERREIRA MARTINS e SUSANA MARIA BERNARDO VIEIRA DA CRUZ.**

Na **Ordem de Trabalhos** desta Assembleia, e conforme prévia convocatória, constava a abordagem aos seguintes pontos:

1. Apreciação e votação das actas da 1.ª e 2.ª reunião da sessão n.º 4 da Assembleia de Freguesia;
2. Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
3. PROPOSTA – NOMEAÇÃO DE SOCIEDADE ROC
Ao abrigo da alínea xx) do art.º 16.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e do n.º 1 do art.º 77 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro;

4. PROPOSTAS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Autorizar a celebração de Protocolos de acordo com as alíneas g), i) e j) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Antes do início da Ordem de Trabalhos, e tal como havia ficado registado na anterior Assembleia, realizada em 19 de Abril de 2018, **MIGUEL AGROCHÃO** entregou à Mesa a **Declaração de voto**, sobre a Moção apresentada pelos eleitos do PS intitulada **“Conclusão da ligação da rede do Metropolitano de Telheiras à Pontinha”**.

No mesmo período foram também entregues à Mesa os seguintes documentos, que ficaram assim identificados:

- 1 - **Voto de Congratulação** apresentado pelos eleitos do PSD – **Suspensão do processo Judicial movido pela EMEL;**
- 2 - **Moção** apresentada pelos eleitos do PSD – **Medidas de Auto-Protecção nos Estabelecimentos de Educação e Ensino;**
- 3 - **Moção** apresentada pelos eleitos do PSD – **Mais Metro para Carnide;**
- 4 - **Moção** apresentada pela eleita do CDS – **Pela Concretização dos Orçamentos Participativos;**
- 5 - **Moção** apresentada pelos eleitos da CDU – **Moção contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos no Centro Comercial Colombo;**
- 6 - **Saudação** apresentada pelos eleitos da CDU – **Saudação à luta da população de Carnide pelo direito à Cidade;**
- 7 - **Moção** apresentada pelos eleitos da CDU – **Moção por uma solução para o Carnide Clube.**

No uso da palavra, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu as boas vindas a todos os presentes e expressou o seu agradecimento ao Seminário da Luz pela cedência das Instalações.

Dando depois a palavra à população, o cidadão **RICARDO PACHECO** apresentou uma exposição relativamente à falta de médicos na USF “Carnide Quer” e à dificuldade verificada na inscrição dos habitantes de Carnide, enquanto utentes, naquela Unidade de Saúde. Afirmou que a USF “Carnide Quer” abrange actualmente um número de cerca de 55,000 habitantes, sendo que destes apenas 35% são habitantes da freguesia de Carnide (aproximadamente 19.000 pessoas) e que os restantes 75% (cerca de 36.000 pessoas) são habitantes da freguesia da Pontinha-Famões.

Dada esta realidade considera que a freguesia de Carnide já necessita de uma USF que lhe seja exclusivamente dedicada, tal como havia sido preconizado no início da sua construção, com a cedência dos terrenos por parte da CML, mas que, posteriormente, por determinação do Ministério da Saúde, viu a sua cobertura estendida à freguesia da Pontinha, para cobrir também as necessidades ali existentes nesta parte do Concelho de Odivelas. Resultando isto na actual presença de uma USF na freguesia de Carnide mas que, na prática, não serve de modo adequado os anseios da sua população.

Mais acrescentou que na USF “Carnide Quer” existem seis médicos afectos a esta freguesia, para uma realidade de cerca de 10.800 utentes inscritos, resultando este facto numa média de cerca de 1,800 utentes por médico.

Considerando, contudo, que a previsão, em termos de assistência nas Unidades de Saúde, aponta para uma cobertura de cerca de 2.300 utentes por médico, há, assim, e desde logo, a evidência de um espaço de 500 utentes/médico sem cobertura assegurada por esta USF ou por qualquer médico de família nesta Unidade.

Tendo em linha de conta o número total da população de Carnide, a necessidade de a todos serem assegurados cuidados de saúde familiar e infantil adequados, e o direito a que todos os habitantes possam ter a possibilidade de inscrição na Unidade de Saúde da sua freguesia e acesso, em condições de igualdade, a um médico de família, julga pertinente a existência de, pelo menos, mais dois clínicos adicionais nesta USF. Assim, e neste sentido, pediu ao Executivo e aos membros da Assembleia de Freguesia que procurassem envidar esforços em vista à resolução desta situação.

A este propósito **FLORIANE SILVESTRI**, Vogal da Saúde, afirmou que a Junta de Freguesia tem vindo a acompanhar de perto esta situação, com real preocupação, não apenas pela falta de médicos mas também pelas actuais condições de funcionamento e de infraestruturas da USF “Carnide Quer” e que tem feito pressão junto das respectivas instâncias para a colocação do médico em falta. Infelizmente, porém, as “coisas” não têm vindo a desenvolver-se com o ritmo desejado.

Na continuação deste período de antes da Ordem do Dia, a cidadã **ANA CANHA SOUSA**, afirmou que a EMEL não cumpre o edital de estacionamento que existe para a cidade de Lisboa, nomeadamente no que diz respeito às regras de dimensionamento do estacionamento (espaços muito reduzidos, para estacionamento de viaturas urbanas). Afirmou, nesta sequência, que os carros quando estacionados não permitem a passagem de outros veículos, o que obriga a alguns estacionamentos irregulares (em cima do passeio, por exemplo). Situação que pode ser facilmente aferida na Rua General Henrique Carvalho.

Ainda no uso da palavra, esta cidadã queixou-se, também, da existência de pragas de ratos e baratas com as quais se tem vindo a debater, há já alguns anos, no pequeno jardim de sua casa. Se os ratos se conseguem combater com a aplicação de raticidas que os vão controlando e fazendo desaparecer, já com a situação das baratas este combate tem sido difícil, “elas são às centenas”. Os spray e outros insecticidas aplicados não têm conseguido ser eficazes. Questionou, ainda, como é que os vários restaurantes existentes na Rua Neves Costa (rua onde reside), têm conseguido lidar com esta situação.

Pede, assim, que a Junta de Freguesia possa interceder junto da CML para a resolução desta situação, sugerindo que, eventualmente, ela possa dever-se à existência de canalizações antigas ainda ali presentes. Mais informou que pediu dois orçamentos a duas empresas de desinfectação e que estas afirmaram que o que iriam fazer seria apenas uma intervenção pontual, tal como a senhora tem vindo a fazer, sem efeitos consequentes, pelo que se torna necessária uma intervenção de fundo e continuada.

No seguimento da sua intervenção, queixou-se também da reciclagem e da não prática adequada desta acção, principalmente por parte de restaurantes e de outras Instituições estabelecidas no Centro Histórico de Carnide, que lidam diariamente com maiores quantidades de lixo, e que não fazem a separação dos lixos orgânicos, dos plásticos, dos vidros, dos papéis... depositando, com frequência, tudo no mesmo contentor. Propõe, assim,

que a Câmara Municipal de Lisboa promova uma acção de formação junto destas entidades, de forma a sensibilizar os seus profissionais para um adequado procedimento.

O cidadão **LUIS ÁGOAS**, por sua vez, referiu-se à iminência da situação de despejo do Carnide Clube, prevista para acontecer até dia 31 de Agosto de 2018, em consequência da Lei dos Arrendamentos de 2013, que obrigou esta colectividade a renegociar um contrato que era quase centenário.

Recordou que o Carnide Clube é uma instituição com cerca de 100 anos, que envolve muitas centenas de atletas, particularmente jovens, e que, ao longo da sua história, tem desenvolvido em Carnide, para além de uma muito relevante actividade desportiva, também um meritório e significativo trabalho social.

Pedi, assim, que todas as forças políticas desta Assembleia pudessem tomar a peito a ajuda e a defesa desta colectividade.

Recordou ainda que, há cerca de três meses, ouviu, por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em Sessão Pública Descentralizada da CML realizada neste mesmo Centro Cultural Franciscano, a promessa do cumprimento dos Orçamentos Participativos vencedores em anos já decorridos. Contudo – afirmou – até à presente data não teve mais ecos ou qualquer informação adicional de outros desenvolvimentos, nomeadamente no que diz respeito aos OPs de Carnide que foram aprovados, e que preconizavam o importante e necessário reordenamento e requalificação de alguns espaços públicos da freguesia.

Pedi igualmente que os diferentes partidos tomassem também esta situação como ponto de “batalha” e como forma de pronunciamento de toda a Assembleia, no sentido de se conseguir a sua efectivação.

Em resposta às alocações dirigidas ao Executivo, o Presidente **FÁBIO SOUSA** começou por afirmar estar integralmente de acordo com o descontentamento manifestado por ANA CANHA SOUSA acerca da atitude incorrecta assumida pela EMEL. Afirmou, a este propósito, que não apenas as marcações dos espaços de estacionamento não foram bem feitas, como também a gestão da informação prestada à população não foi bem feita e a devida e fundamental articulação com a Junta de Freguesia não foi sequer feita... Acrescentou, também, que se é verdade que está agora mais tranquilo com o resultado do processo judicial que lhe havia sido movido pela EMEL, não está, de forma alguma, satisfeito com o facto de a situação que está na sua origem não estar ainda resolvida. Considerou que, na realidade, e não obstante o processo judicial lhe ter sido favorável, nem ele nem a população de Carnide podem ainda considerar-se de parabéns, apenas se podendo assim sentir quando os compromissos que estavam em cima da mesa forem devidamente cumpridos, quer pela Câmara Municipal de Lisboa, quer pela EMEL.

No tocante à problemática da desratização e desbaratização pediu à mesma cidadã que enviasse para o e-mail da Junta de Freguesia (para o geral e para o do Presidente, com conhecimento para a Vogal Floriane Silvestri) uma exposição da situação, que seria de imediato reencaminhada para os competentes serviços CML, passando, desta forma e em consequência, o estado da situação e o seu desenvolvimento a ser devidamente monitorizado pelas equipas da Junta de Freguesia de Carnide.

Disse também que aquilo que tem sido justificado à Junta de Freguesia como possível razão causal desta situação, são as obras que de momento estão a decorrer numa envolvente próxima, como sejam as obras de acessibilidade à futura Feira Popular, e cuja proximidade ao Centro Histórico de Carnide, à Quinta do Bom Nome e ao Bairro Novo de Carnide têm, de alguma forma, afectado estes espaços com este tipo de constrangimentos.

Na sequência deste assunto, **VASCO FERREIRA** pediu ao Executivo que tudo aquilo que fosse remetido à Junta de Freguesia por parte destes fregueses, quer em relação às pragas, quer em relação às zonas de incumprimento das regras de estacionamento por parte da EMEL, pudesse também ser redireccionado para os eleitos do PS Carnide, de modo a que também eles possam actuar junto das respectivas instâncias e até reforçar aquilo que o Executivo decida fazer nesse sentido.

Na continuação do uso da palavra, **FÁBIO SOUSA** acrescentou também, e no que diz respeito à prática da reciclagem, que recentemente havia sido feita uma abordagem individual a todos os comerciantes do Centro Histórico de Carnide, no sentido da sua sensibilização, sinalização, adopção de práticas preventivas e do alerta para algumas atitudes incorrectas. Sublinhou, no entanto, que, não obstante esta iniciativa da Junta de Freguesia em articulação com a CML, isso não significa que tenha daí resultado um benefício concreto ou que algo tenha efectivamente melhorado, sendo que se reconhece a necessidade de continuar a fazer este acompanhamento regular e de sinalizar para a CML as situações irregulares, uma vez que é este o órgão municipal que tem competências fiscalizadoras concretas e com possibilidade de aplicar medidas punitivas perante as infracções detectadas.

Relativamente à intervenção do morador **LUIS ÁGOAS**, o Presidente Fábio Sousa afirmou que o Executivo da Junta de Freguesia tem estado solidário com o Carnide Clube, e que tem colaborado na busca de soluções que possam ultrapassar a delicadeza da sua actual situação, acrescentando que estão a ser programadas iniciativas que, de algum modo, possam ir ao encontro de uma ajuda efectiva.

Afirmou também que partilha, na íntegra, a posição e a preocupação manifestada por aquele cidadão relativamente à problemática dos Orçamentos Participativos. “O cumprimento dos OPs é um direito que a população tem” - disse. Recordou que estes projectos, - que se prendem com a requalificação do Centro Histórico - preconizam não apenas uma melhoria de ponto de vida estético de uma determinada zona da freguesia – ainda que daí possam derivar alguns ganhos desta natureza - mas principal e fundamentalmente preconizam uma melhoria significativa do ponto de vista da mobilidade das pessoas, da acessibilidade, da vivência do espaço público. Afirmou, em seguimento, que esta é uma situação acerca da qual a Junta de Freguesia irá continuar a pugnar pela sua colocação na Agenda Municipal, lembrando que esta situação de incumprimento reporta a projectos que foram ganhos no já distante ano de 2014.

Após a intervenção de **FÁBIO SOUSA**, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a **JOSÉ MORGADO**, que começou por saudar a Presidente e a população, congratulando-se com a presença dos fregueses nesta Assembleia, uma vez que este é – assim o disse – o local exacto para que as pessoas de Carnide possam expor os seus problemas e apresentar as suas sugestões ao órgão que governa este território. Acrescentou depois, e reportando-se à

intervenção inicial de RICARDO PACHECO, que o PSD também se tem vindo a manifestar com bastante preocupação acerca de situação da USF “Carnide Quer” e que, inclusivamente, apresentou já nesta Assembleia de Freguesia, em sessão de 16 de Abril de 2018, uma Moção (**MOÇÃO – Unidade de Saúde Familiar – “Carnide Quer”**), que resultou aprovada, vinculando, assim, esta Assembleia e o Executivo às deliberações que lá se apresentam.

Nessa Moção, disse **JOSÉ MORGADO**, explica-se muito bem que aquele equipamento está a servir uma população que é cerca de três vezes maior do que o número para o qual ele foi criado. Essa situação causa, assim, grandes inconvenientes, principalmente para as gentes de Carnide.

Também nessa Moção o PSD alerta, concretamente, para o facto de a população de Carnide estar a ser atendida no primeiro andar do edifício, um espaço que foi pensado para acolher fundamentalmente áreas técnicas e áreas de descanso dos funcionários da Unidade de Saúde, e não para atendimento de doentes. Considerou ainda **JOSÉ MORGADO** que esta situação é tão mais grave quanto o facto de o elevador de acesso ao primeiro andar não dispor, sequer, de dimensões adequadas para transportar cadeiras de rodas eléctricas. Uma simples cadeira de rodas com um acompanhante tem igualmente dificuldades em entrar nesse elevador.

Afirmou, também, que há ainda uma outra questão que, não vindo elencada na citada Moção, tem igualmente constituído uma preocupação do PSD e que se prende com as más condições de estacionamento de viaturas no exterior do edifício da USF. Na realidade – afirma – o espaço de estacionamento para os utentes não existe, sendo este feito num terreno baldio, de modo “selvagem”. Por outro lado, a Universidade Europeia é contígua àquela área e exerce uma pressão sobre o espaço disponível naquela zona, impossibilitando, assim, a sua utilização pelos utentes do Centro de Saúde, bem como pelos próprios funcionários e médicos da USF “Carnide Quer”.

Em relação à questão da EMEL e da sua interferência na zona histórica, **JOSÉ MORGADO** considerou também que, para além da exposição já anteriormente apresentada por ANA CANHA SOUSA, há ainda uma outra situação deveras caricata que se relaciona com o facto de a EMEL andar sistematicamente a pretender afugentar as pessoas dos locais onde elas residem, sem criar alternativas nem modos que possibilitem que o espaço disponível seja por elas utilizado.

No que diz respeito aos Orçamentos Participativos e ao seu incumprimento por parte da Câmara Municipal de Lisboa, **JOSÉ MORGADO** afirmou que esta é uma realidade que só com uma batalha diária, que conte com o envolvimento de todos, poderá ser ultrapassada. Sublinhou, ainda, que o dinheiro existe nos orçamentos da CML, e que esse dinheiro existe precisamente para ser gasto nos OPs, mas que é um facto que grande parte deles – principalmente os que se prendem com Carnide – continuam à espera da sua execução.

Entrando-se, de seguida, na exposição das duas Moções apresentadas a esta Assembleia pelo PSD, **JOSÉ MORGADO** começou por esclarecer que a primeira se relaciona com as **Medidas de Auto-Protecção nos Estabelecimentos de Educação e Ensino** que estão consignadas na lei há já 10 anos, mas que continuam a não estar implementadas.

Acrescentou, ainda, que das 90 (noventa) escolas a funcionar sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, apenas 2 (duas) delas têm gizado um plano de acção em caso de catástrofe. Propôs assim que a Junta de Freguesia de Carnide procedesse a um levantamento junto dos estabelecimentos de ensino da freguesia para aferir de quais os que estão a preparar a implementação destas medidas de auto-protecção e, nessa sequência e na ausência dessa concretização, comunicar ao Serviço Municipal de Protecção Civil e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que a vida dos jovens, das crianças, dos docentes, etc... pode estar em perigo em caso de catástrofe.

Apresentou, depois, a segunda Moção – **“Mais Metro para Carnide”**, e esclareceu que esta se prende com a intenção de o Governo e a CML pretenderem criar a chamada Linha Circular do Metropolitano, utilizando para isso a Linha Verde e grande parte da Linha Amarela, contrariando todos os estudos técnicos que afirmam que esta solução apenas trará mais carros para Lisboa, dificultará a vida de quem vive em Lisboa e, pelos seus custos, inviabilizará também a expansão do Metro para outras zonas muito mais prioritárias e com muito maior necessidade – como seja o caso de Carnide - do que aquelas que poderão vir a ser servidas por esta Linha Circular.

Em seguida fez a apresentação do terceiro documento trazido pelo PSD a esta Assembleia, explicando que ele é um **Voto de Congratulação pela Suspensão do processo Judicial movido pela EMEL** ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, desejando que esta questão esteja definitivamente resolvida e que não se crie mais nenhum imbróglio jurídico relacionado com aquela Empresa Municipal, que – assim o considerou – nunca se portou bem e que, se numa perspectiva legal, conseguiu defender os seus pontos de vista já o facto de ter havido uma suspensão deste processo constitui para o PSD e para os Carnidenses um real motivo de regozijo.

DIANA VALE, por sua vez, saudou a Assembleia de Freguesia e a população presente, reafirmando que é sempre bom que haja esta participação activa pela parte de todos, porque é assim que se consegue responder às necessidades prementes e fazer de Carnide uma freguesia ainda melhor. Felicitou também a Marcha de Carnide pela sua participação nas festas da Cidade de Lisboa, bem assim como expressou a sua felicitação e endossou a sua congratulação à equipa sénior feminina de Basquetebol do Carnide Clube pelo título de Campeã Nacional, recentemente conquistado.

Apresentou, de seguida, a **MOÇÃO** do CDS, **“Pela Concretização dos Orçamentos Participativos”**, através da qual se faz um apelo à CML pelo seu cumprimento dos OPs em atraso, considerando que estes são, efectivamente, um direito que a população tem e um mecanismo muito importante, não só para a melhoria da freguesia mas também para a qualidade de vida dos fregueses. Afirmou ainda que o CDS considera que aquilo que se tem passado com os Orçamentos Participativos que estão em atraso, nomeadamente os desta Freguesia, começando com o de 2014 e com o seu reiterado incumprimento, não é de modo algum razoável.

Mais acrescentou **DIANA VALE**, declarando que o CDS acredita que o incumprimento dos Orçamentos Participativos defrauda as expectativas dos cidadãos que neles participaram e causa distanciamento e desconfiança junto dos possíveis e futuros participantes, matéria que se deve contrariar através do estrito cumprimento dos prazos definidos em cada candidatura. Neste sentido – afirmou – o CDS entende que a Câmara Municipal de Lisboa

deve cumprir a execução dos projectos dos Orçamentos Participativos vencedores, escolhidos pela população, que se comprometeu a realizar, com especial ênfase para os mais antigos, cujos prazos estão largamente ultrapassados e sugere que, caso não tenha condições financeiras para os concretizar a curto prazo, os possa fasear em vários orçamentos para não sobrecarregar tudo num só ano.

DIANA VALE aproveitou também para colocar algumas questões ao Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, inquirindo-o, nomeadamente, acerca do actual ponto de situação da Cantina Solidária gerida pela Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz. Sempre sai da escola onde tem vindo a funcionar? Tem de mudar de local? Mantém-se a funcionar na EB2,3 do Bairro Padre Cruz?

Informou igualmente que o CDS se solidariza, também, com a situação do Carnide Clube e que este Partido acompanha a Moção de apoio àquela colectividade, apresentada pelos eleitos da CDU.

Por fim, a eleita pelo CDS quis saber como está a situação de manutenção das árvores na freguesia de Carnide, nomeadamente na Rua Adelaide Cabete, de cujos moradores tem ouvido algumas queixas, reforçando que a temática das árvores tem sido um assunto de grande e alargado debate em toda a cidade de Lisboa.

No uso da palavra, coube a **MIGUEL AGROCHÃO** fazer a apresentação das Moções trazidas a esta Assembleia pela CDU.

Em nota prévia começou por informar que os eleitos da CDU iriam acompanhar as Moções apresentadas pelo PSD e pelo CDS, mas que traziam, no entanto, três outros documentos que, eventualmente, até poderiam ser coincidentes nalguns pontos com os documentos anteriormente apresentados. Assim, informou que o primeiro documento seria uma **Saudação à luta da população de Carnide pelo direito à Cidade**, e que o mesmo se prendia necessariamente com a questão já referida da colocação de parquímetros na freguesia, feita “à revelia” pela EMEL. Esclareceu que a razão deste documento passava, fundamentalmente, pela ausência de compromisso da Câmara Municipal de Lisboa na concretização do que havia sido aprovado em sede de Orçamento Participativo.

Afirmou também que, para além da congratulação com o encerramento do processo judicial, importava sobretudo homenagear e reconhecer a capacidade e o civismo da comunidade, do grupo comunitário e da população do centro histórico de Carnide pelo seu urbanismo e pela forma como esta se soube manifestar e defender os seus interesses, quando as Instituições que assumem compromissos se concentram apenas na metade. Esta saudação pretende essencialmente – assim o disse - não deixar esquecer que os Orçamentos Participativos daquela zona estão ainda por concretizar, bem como está também por concretizar a criação de 200 (duzentos) lugares de estacionamento gratuito, apesar de haver um compromisso da parte da CML de que não seriam colocados quaisquer parquímetros enquanto estas questões não estivessem resolvidas.

Relativamente ao segundo documento - **Moção contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos no Centro Comercial Colombo** – **MIGUEL AGROCHÃO** afirmou que, “numa época em que o Estado tem dinheiro para capitalizar todos os bancos privados, independentemente do risco sistémico, e quando se espera que o governo seja capaz de

reconhecer a importância estratégica do Banco público para o desenvolvimento nacional, seja capaz de reconhecer e defender os interesses dos trabalhadores e o respeito pelo direito ao trabalho, e tenha a compreensão por uma forma de estar na política, feita em proximidade, que é muito identitária da realidade de Carnide, aquilo que se vê é, antes, o impulso de fechar 70 balcões da Caixa Geral de Depósitos, um deles em Carnide, em particular no Centro Comercial Colombo, sendo esta uma atitude que a CDU considera errada por todas as razões e do ponto de vista operacional absolutamente contrário à forma de fazer política em Carnide - que assenta sobretudo numa relação de proximidade -, pelo que não pode deixar de manifestar a sua literal oposição, propondo a esta Assembleia que decida no sentido de exigir ao Governo a adopção de medidas capazes de travar este encerramento, e que pressione a CML para acompanhar a posição desta Assembleia no mesmo sentido.”

Quanto ao terceiro documento - **Moção por uma solução para o Carnide Clube** - **MIGUEL AGROCHÃO** afirmou pretender a CDU, com a sua apresentação, trazer a esta Assembleia uma reflexão acerca dos perigos a que estamos sujeitos. “Quando a lei branqueia a história, alguma coisa está mal na democracia. Quando se conseguem branquear 90 anos de história de uma Instituição e pôr em causa a actividade regular da organização que promove actividade física ao maior número de atletas da freguesia e quando a lei permite desconsiderar todo um enraizamento cultural na comunidade, de trabalho de proximidade, de construção de cultura local... alguma coisa vai mal na nossa democracia” – afirmou.

Neste sentido esclareceu que a CDU apresenta esta Moção com duas intenções claras: uma, a de propor a esta Assembleia que marque posição e que vinque o seu profundo compromisso na defesa da permanência do Carnide Clube nas suas instalações; e a outra a, de exigir à Câmara Municipal de Lisboa que chame a si este assunto, porque Carnide é parte de uma cidade e o Carnide Clube é património, não apenas de Carnide, mas desta mesma cidade e deste país. **MIGUEL AGROCHÃO** acrescentou, ainda, que importa não esquecer que, mesmo no plano desportivo, o Carnide Clube é o quarto clube a nível nacional com mais títulos nacionais de basquetebol alcançados e que é uma entidade pública que foi reconhecida pelo Primeiro Ministro há muitos anos, sendo, de entre aquelas que têm este estatuto, das mais antigas que ainda existem.

Após as exposições feitas pelos diversos intervenientes do PSD, CDS e CDU, **VASCO FERREIRA**, reportando-se aos diversos documentos apresentados, afirmou que, relativamente à Moção **Medidas de Auto-Protecção nos Estabelecimentos de Educação e Ensino**, o PS nada tinha a comentar nem a acrescentar, pelo que a iria votar favoravelmente. Contudo, e ainda a este propósito, **MARIA JOÃO FAGUNDES** acrescentou que, se esta matéria está já há 10 anos consignada na Lei, seria de todo conveniente aproveitar o trabalho de levantamento de informação que, eventualmente, a Junta de Freguesia de Carnide possa ter feito ao longo deste período.

Relativamente à Moção **Mais Metro para Carnide**, **VASCO FERREIRA** afirmou que, contrariamente aos estudos mencionados por **JOSÉ MORGADO**, todos os documentos e relatórios a que o PS tem tido acesso apontam precisamente em sentido inverso, advogando estes que a Linha Circular se apresenta, em termos de capacidade de transporte dos utilizadores do Metro e em capacidade de eficiência na utilização do Metro, como uma hipótese bastante viável e a dever ser considerada.

No tocante ao Voto de Congratulação “**Suspensão do processo Judicial movido pela EMEL**”, apresentado pelo PSD, **VASCO FERREIRA** afirmou que, num Estado de Direito, uma Assembleia de Freguesia congratular determinados tipos de acções – concordando-se com elas ou não – quando ainda não se sabe que tipo de consequências daí advirão para a Junta de Freguesia e consequentemente para a população de Carnide, tendo em conta que se está a falar de um acordo que tem implícito uma indemnização e uma doação associadas, lhe parece demasiado precoce, pelo que sobre esta matéria gostaria de ser melhor esclarecido.

Alusivamente à Moção apresentada pelo CDS - **Pela Concretização dos Orçamentos Participativos** – e às questões levantadas por DIANA VALE e por LUIS ÁGOAS, o mesmo representante do PS referiu que esta é uma questão que reiteradamente tem vindo a ser discutida nesta Assembleia de Freguesia. Afirmou que também para a bancada do PS esta é uma questão prioritária. O PS quer ver os projectos a avançar, quer ver os orçamentos realizados, há um compromisso da Câmara Municipal de Lisboa e é preciso defender os interesses da população de Carnide..., contudo – afirmou – “uma coisa é querer que este processo avance e dizer que estamos fartos dos atrasos, outra coisa é dizer constantemente, por mais explicações que nos sejam dadas, que não sabemos quais são os motivos que levam a que esta situação esteja como está. Ainda na sessão descentralizada da CML, essa questão foi referida pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa: a reorçamentação dos projectos, o atraso que disso advém e o tipo de alterações que tiveram de ser feitas por esse motivo”.

Nesta sequência, **VASCO FERREIRA** sublinhou que se uma Moção que pretenda pressionar e exigir junto da CML a realização dos seus compromissos merece a concordância da bancada do Partido Socialista, já uma Moção que repetidamente afirme que não se sabe qual é o problema e que ignore a explicação - que entretanto foi dada - de que tal situação advém de uma questão orçamental, invalida o principal argumento da Moção, invalidando também a sua possibilidade de aprovação por parte do PS.

No tocante às duas Moções apresentadas pela CDU, nomeadamente a **Moção contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos no Centro Comercial Colombo** e a **Moção por uma solução para o Carnide Clube**, o eleito do PS manifestou-se favorável e em concordância com o princípio advogado em ambas, mas questionou a bancada da CDU acerca da sua flexibilidade para proceder a alguns ajustes de linguagem, achando que o termo “**exigir** à Câmara Municipal de Lisboa”, inscrito nas duas, é excessivo e desadequado ao seu conteúdo, uma vez que aquela autarquia tem uma responsabilidade e uma influência praticamente nula na execução dos seus considerandos, sugerindo, assim, que o termo “**exigir**” possa ser alterado para “**pressionar**”, votando, assim, o PS favoravelmente estas duas Moções. Caso contrário, irá pedir para que a votação possa acontecer por pontos.

A este propósito **MIGUEL AGROCHÃO** respondeu dizendo que à Câmara compete defender o interesse dos seus munícipes, da mesma forma que à Junta de Freguesia de Carnide compete a obrigação de defender o interesse dos seus fregueses, e que é precisamente por isso que faz sentido que a Câmara Municipal de Lisboa tome posicionamento nesta matéria. Acrescentou também que, no caso da primeira Moção, a CDU não vê qualquer inconveniente na conversão do termo “**exigir**” para “**pressionar**”; mas que, para o caso da Moção relativa a uma **Solução para o Carnide Clube**, já não há, por parte da sua bancada, tanta flexibilidade para a alteração sugerida, porquanto, neste momento, é a Câmara Municipal de Lisboa quem dispõe de todas as ferramentas necessárias para se poder

resolver este assunto, e o que se pretende é, realmente, exigir à CML que coloque à disposição, quer da Junta de Freguesia, quer do Carnide Clube, todas as ferramentas disponíveis, para que, em atitude concertada, se procurem soluções.

“Se no caso da primeira Moção a capacidade de decisão está no Governo, no segundo caso o poder de resolução está, efectivamente, na Câmara Municipal de Lisboa” – afirmou.

Neste momento da reunião, **IRENE QUEIMADO**, eleita pelo PS, pediu que lhe pudessem ser facultados mais dados acerca da situação do Carnide Clube, uma vez que não tinha total conhecimento desta situação nem de toda a história desta colectividade.

A este propósito, e de modo a dar cumprimento a este pedido, a Presidente da Mesa da Assembleia, pediu a **TÂNIA ESTRONCA**, presente na bancada da CDU, que pudesse fazer um reconto histórico e biográfico do Carnide Clube e que clarificasse o ponto de situação da fase que agora atravessa, uma vez que esta eleita é também a actual Presidente daquela colectividade.

Assim se procedendo, os diversos elementos da Assembleia de Freguesia tiveram possibilidade de acompanhar esta explicação e esclarecer quaisquer eventuais dúvidas que tivessem.

Passando-se, de seguida, à votação dos documentos apresentados, registaram-se os seguintes resultados:

DOCUMENTO 1 - Voto de Congratulação– Suspensão do processo Judicial movido pela EMEL – Aprovado, com **9 votos favoráveis**, da CDU (7) e PSD (2); com a abstenção do CDS (1) e com votos contra do PS (3);

DOCUMENTO 2 – Moção – Medidas de Auto-Protecção nos Estabelecimentos de Educação e Ensino; - Aprovado por unanimidade.

DOCUMENTO 3 – Moção – Mais Metro para Carnide; - Aprovado, com **10 votos favoráveis**, da CDU (7), PSD (2) e CDS (1) e com a abstenção do PS (3).

DOCUMENTO 4 - Moção – Pela Concretização dos Orçamentos Participativos; Feita a votação por pontos, o documento resultou **Aprovado**, com os seguintes resultados:

Ponto 1 – **Aprovado com 10 votos favoráveis**, da CDU (7), PSD (2) e CDS (1) e com a Abstenção do PS (3);

Ponto 2 – **Aprovado por unanimidade;**

Ponto 3 – **Aprovado com 10 votos favoráveis**, da CDU (7), PSD (2) e CDS (1) e com a Abstenção do PS (3);

DOCUMENTO 5 - Moção – Contra o Encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos no Centro Comercial Colombo; Feita a votação por pontos, e já com a introdução da alteração sugerida pelo PS (no segundo ponto, onde se lia “exigir à CML”, passou a ler-se “pressionar a CML”), o documento resultou **Aprovado**, com os seguintes resultados:

Ponto 1 – **Aprovado**, com **10 votos favoráveis**, da CDU (7), PS (3) e com a Abstenção do PSD (2) e CDS (1);

Ponto 2 – **Aprovado por unanimidade** (informando o PSD que iria entregar Declaração de voto)

DOCUMENTO 6 – SAUDAÇÃO - Saudação à luta da população de Carnide pelo direito à Cidade; - Aprovado, com **10 votos favoráveis**, da CDU (7), PSD (2) e CDS (1) e com votos contra do PS (3), que informou ir entregar Declaração de Voto.

DOCUMENTO 7 – MOÇÃO - Por Uma Solução Para o Carnide Clube. – Aprovado por unanimidade, tendo **VASCO FERREIRA**, do PS, apresentado oralmente Declaração de Voto, com o teor que aqui se transcreve: *“Apesar de acharmos que “exigir” não é um termo que traga aliados a uma luta da freguesia - e que o é também da cidade, sem dúvida; mas quando se trata de parcerias “exigências” não são chamadas -, a urgência do tempo que há e a importância que o PS reconhece à Instituição, obriga-nos também a dar força a esta moção com um voto por unanimidade”*

(Este documento não foi votado, por Tânia Estronca, de modo a evitar conflito de interesses, uma vez que este elemento da bancada da CDU é também a actual Presidente da colectividade em questão).

Passando-se a outro momento desta Assembleia, **MARIA VILAR DIÓGENES**, deu a palavra aos eleitos para que estes pudessem pronunciar-se ou fazer inquirição ao Executivo acerca de alguns assuntos que considerassem pertinentes.

Assim, **MARIA JOÃO FAGUNDES** reportando-se, ainda, à intervenção do primeiro freguês, afirmou considerar muito importante que, quer a Junta de Freguesia quer outras Instituições, concordem em que se deixe de construir novos Centros de Saúde, privilegiando, antes, a construção de Unidades de Saúde Familiar, que na sua natureza assistencial têm uma outra componente bem mais adequada e eficaz. Acrescentou também que a ACES Lisboa e Vale do Tejo é aquela que, actualmente, tem maior dificuldade no cumprimento dos rácios de clínicos de medicina geral e familiar em relação ao número de habitantes e que, em relação a Carnide, há dois dados que permitem que se continue a insistir em vista à sua regularização: por um lado, o facto de haver uma população de mulheres em idade fértil superior a 40%, às quais se torna necessário garantir um adequado acompanhamento, bem como, posteriormente, assegurá-lo também nos cuidados de saúde materno-infantis; por outro lado, o facto de haver uma população de idosos que ronda os 15%, e de, entre estes, existir também um significativo número de doentes crónicos, que devem, igualmente, ser adequadamente acompanhados nas Unidades de Saúde.

Neste sentido, concluiu esta intervenção dizendo que a bancada do PS iria remeter a todas as entidades, e dentro daquilo que são os seus poderes e competências, o reforço daquilo que deve ser a política de saúde em geral, mas sobretudo para a freguesia de Carnide.

Ainda neste período de Antes da Ordem de Trabalhos, e procurando dar resposta a algumas questões que entretanto lhe foram colocadas, nomeadamente por Diana Vale, **FÁBIO SOUSA** começou por afirmar que a Junta de Freguesia de Carnide tem estado muito preocupada

com a situação da Cantina Solidária gerida pela Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, e com a iminência de cerca de 70 pessoas ficarem privadas de uma resposta alimentar condigna, como a que vem sendo proporcionada por aquele equipamento, e que, por isso mesmo, no dia seguinte iria participar numa reunião com o Vereador Ricardo Robles e com Elisete Andrade, Presidente da AMBPC, no sentido de, em conjunto, procurarem uma solução satisfatória e perceber qual a posição da CML a este respeito e quais as razões que estão por detrás do abrupto corte financeiro que aquela autarquia concedia à Associação de Moradores, no âmbito de apoio social.

Relativamente à situação do arvoredado, **FÁBIO SOUSA** afirmou que o Executivo tem plena convicção de que as Juntas de Freguesia não têm capacidade para dar resposta cabal a problemáticas desta natureza, e que a mesma posição é corroborada por diversas freguesias da cidade de Lisboa, pelo que nunca concordaram com a transferência destas competências para a sua responsabilidade. Ainda assim, consciente de que é preciso dar respostas consentâneas com as necessidades das pessoas, a Junta de Freguesia de Carnide tudo tem feito para cumprir e corresponder a esta responsabilidade.

De um modo concreto e no tocante à circunstância registada na Rua Adelaide Cabete, o Presidente da Junta de Freguesia explicou que aquela situação se prendia com o “aparecimento de uns bichinhos” que picavam quem se encontrava nas esplanadas dos cafés e restaurantes. Foi assim realizada uma visita com os serviços da Junta e com técnicos da CML que orientaram uma intervenção naquela área, tendo sido aplicado um adequado tratamento, e que, após isto, não havia mais registos de queixas.

Por outro lado – afirmou – existe um conjunto de podas que foram desenvolvidas nesta rua, com acompanhamento técnico, mas que nem sempre corresponderam às expectativas dos moradores, que tinham pontos de vista diferentes, e que consideraram que estas deveriam ser feitas de outra forma.

Relativamente às questões levantadas por VASCO FERREIRA, a propósito da “**Suspensão do processo Judicial movido pela EMEL**”, e, nomeadamente, acerca da sua preocupação com as consequências que podem advir para a freguesia de Carnide, em resultado desta acção, **FÁBIO SOUSA** afirmou estranhar esta atitude do PS, uma vez que não sentiu, durante todo o processo de implementação da EMEL, qualquer tipo de preocupação do Partido Socialista para com a população de Carnide. A preocupação dos seus eleitos, em relação à EMEL – afirmou – foi apenas e sempre só uma: a de defender e fazer cumprir aquilo que era uma orientação do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Reforçou a sua indignação com a afirmação de que nenhum dos elementos desta Assembleia foi eleito para estar solidário com um Presidente de Câmara, mas sim para defender a população e estar solidários com as lutas da população. Declarou, assim, considerar provocatória a questão colocada pelo PS acerca de quem vai pagar os prejuízos ou que impacto é que esta situação poderá ter, do ponto de vista financeiro, para a Junta de Freguesia.

Entrando-se, depois, na discussão dos pontos constantes na Ordem de Trabalhos, **MARIA VILAR DIÓGENES** deu início à abordagem do **primeiro ponto** da Agenda, submetendo à apreciação e votação as **ACTAS DA 1.ª E 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO N.º 4 DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**.

Acerca destes documentos, CDS e PS fizeram alguns reparos e apontaram neles a existência de algumas falhas e omissões, afirmando **VASCO FERREIRA** que as Actas não estão de acordo com o que seria suposto esperar, tendo em conta tudo o que foi dito. E se é verdade que se reconhece que tem de haver nelas um exercício de síntese, não é menos verdade que nalgumas situações são omitidas afirmações e intervenções dos elementos do PS, que deveriam ser consideradas importantes.

Na mesma linha se manifestou **DIANA VALE**.

A este propósito, **FERNANDO D'OLIVEIRA**, 1.º Secretário desta Assembleia e redactor das Actas, afirmou não perceber a indignação de VASCO FERREIRA e de DIANA VALE, uma vez que tem tido o cuidado de enviar as Actas, de forma atempada, a todos os membros da Assembleia da Freguesia para que também eles, atempadamente, possam lê-las e remeter-lhe as propostas de alterações e sugestões de correcção consideradas pertinentes, garantindo, assim, uma redacção independente e isenta, e de modo a que a versão final, a ser aprovada em Assembleia de Freguesia, resulte num espelho real do que foi abordado. Verdade, porém, é que não recebeu qualquer tipo sugestão, proposta de alteração, ou reparo prévio dos elementos que agora se manifestaram, mas que, contudo, registava o reparo e se disponibilizava para a respectiva rectificação.

Nesta circunstância, **MIGUEL AGROCHÃO** sublinhou a dificuldade que é a redacção de uma Acta, que se pretende rigorosa, perante alocações frequentemente longas e muitas vezes cruzadas, sem que haja sequer o suporte de uma Equipa de Apoio à Acta. Pelo que, ou se continua com este sistema de envio atempado para apreciação prévia do documento, ou se coloca, ao Executivo, a possibilidade de contratação de um serviço profissionalizado que se encarregue desta função.

Colocadas à votação as Actas em apreço, e considerando que irão ser colocadas em adenda as intervenções em falta dos elementos do PS e CDS, resultaram as mesmas **aprovadas por unanimidade**.

Por proposta de diversos elementos da Assembleia foi acordado passar-se de seguida à abordagem dos pontos da Agenda que seriam sujeitos a votação, deixando para o fim a abordagem do Ponto dois, que apenas seria objecto de apreciação.

Assim, entrando-se na discussão do **terceiro ponto da Agenda - PROPOSTA – NOMEAÇÃO DE SOCIEDADE ROC – IRENE QUEIMADO**, do PS, começou por perguntar ao Executivo se esta aquisição de um serviço de Revisor Oficial de Contas tinha sido precedida de algum procedimento ao abrigo dos contratos públicos.

Em resposta a esta interpelação **SUSANA CRUZ** informou que a ideia prevalecente é a de dar continuidade ao trabalho que se tem vindo a desenvolver, há já algum tempo, com esta Sociedade, não sendo obrigatória a contratação pública nem qualquer procedimento concursal, mas, ainda assim, tendo a Junta de Freguesia optado por realizar uma consulta preliminar a três empresas similares, disponibilizando, inclusive, os respectivos documentos para o caso de algum elemento desta Assembleia os pretender consultar.

Esclareceu também que, apesar da escolha do Executivo recair sobre a empresa em questão, quer pelo histórico de relação que já mantém, quer pelo próprio conhecimento que ela tem da freguesia, foi também esta a que apresentou o custo mais baixo de entre as três consultadas. Assim, para além da SOCIEDADE ROC dar ao Executivo garantias de qualidade e fidedignidade já comprovadas, também lhe garante o melhor preço.

Noutro ponto das questões, e tendo em conta que a relação da Junta de Freguesia com a SOCIEDADE ROC vem já de anos anteriores, **IRENE QUEIMADO** quis também saber se o valor da aquisição do serviço agora apresentado se mantinha igual ao praticado no ano de 2017 ou havia sofrido alterações, ao que lhe foi respondido por **SUSANA CRUZ** que este valor sofreu uma ligeira baixa, não sendo contudo muito significativo.

VASCO FERREIRA sublinhou o facto de o Executivo ter procedido a uma consulta preliminar para a aquisição deste serviço, congratulando-se com isso e recordando que esta foi uma proposta feita pela Assembleia no ano de 2017, e pede que em situações futuras pudesse também ser apresentada à Assembleia a documentação associada ao ROC.

Tendo sido este ponto da Agenda colocado à votação, resultou o mesmo **aprovado** com 12 votos favoráveis, da CDU (7), PSD (2), CDS (1) dois do PS e com a abstenção de IRENE QUEIMADO (PS).

No tocante ao **ponto quatro** da Ordem de Trabalhos - **PROPOSTAS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – o Presidente da Junta de Freguesia** começou por dizer que estes são protocolos pacíficos e transparentes, que não levantam grandes questões tendo, inclusivamente, alguns deles sido já apreciados em Assembleia Municipal, pelo que, se não houvesse nenhuma questão inerente, gostaria de poder passar à fase de votação.

Tendo, assim, sido sujeito a votação, resultou este quarto ponto **aprovado por unanimidade**

Abordando-se, por fim, o **segundo ponto** da Ordem de Trabalhos - **APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA – VASCO FERREIRA** começou por colocar a questão acerca do deslizamento de terras ocorrido na Serra da Luz, pedindo que o Executivo actualizasse esta Assembleia, informando-a do ponto de situação, dos riscos ainda existentes e dos procedimentos desenvolvidos pela Junta de Freguesia.

Do mesmo modo pediu informações relativas ao morador que se viu desalojado, e do tipo de acompanhamento e assistência que eventualmente lhe tenha sido prestado.

Questionou também acerca do CENSO do Associativismo, pedindo informações complementares sobre esta acção.

Em relação à questão da integração dos trabalhadores nos Quadros da Junta de Freguesia, **VASCO FERREIRA** lembrou que, em Assembleia anterior, o PS tinha pedido um sinal claro da transparência neste processo e que esse sinal seria a publicação, como determina a Lei, da decisão de reconhecimento aprovada pela deliberação do Executivo, mas que, contudo, até à presente data não encontrou ainda esse documento publicado. Paralelamente a esta situação, questionou também se, para além das decisões que foram reconhecidas pelo Executivo, houve a entrega de algum requerimento por parte de trabalhadores; em que estado se encontram os procedimentos concursais e quando se prevê que possa acontecer o seu final; se houve algum requerimento depois de dia 4 de Maio, e se, havendo, este estava ou não contemplado na decisão de reconhecimento.

Questionou ainda se a Junta de Freguesia tem conseguido implementar a progressão das carreiras na Autarquia, e, por fim, tendo reparado que na CCDDR não foram publicados os documentos provisionais de 2017-2018, quis saber o porquê dessa situação.

DIANA VALE, por seu turno, afirmou que da análise da Informação Escrita do presidente, e da comparação feita com versões anteriores, lhe ressalta a constatação de que não tem havido progresso nalgumas áreas. Assim sendo, gostaria de saber em que ponto de situação é que estão as reuniões com o Vereador Ricardo Robles; Como estão as obras necessárias nas escolas EB1 Prista Monteiro e Aida Vieira; Em que ponto se encontram as obras de beneficiação e requalificação dos lotes do Bairro da Horta Nova; Como se encontra o projecto de requalificação da Azinhaga das Carmelitas, da Travessa do Pregoeiro e da Rua General Henrique de Carvalho.

Concluiu a sua intervenção dizendo que fazer oposição não é apenas criticar ou desconstruir aquilo que está feito, mas que também elogiar o que é meritório e que por isso gostaria de felicitar o Executivo pela lindíssima Marcha de Carnide – como o havia já feito no início desta reunião – e também pela continuação do projecto “Juntos Plantamos Portugal”.

No uso da palavra, **JOSÉ MORGADO**, por sua vez, quis reforçar as questões levantadas por DIANA VALE, nomeadamente questionando acerca das reuniões havidas com o Vereador Ricardo Robles e inquirindo acerca dos pontos de situação das Escolas EB1 Prista Monteiro e Aida Vieira.

Questionou, além disso, acerca das situações da futura Feira Popular de Lisboa e do Clube Atlético e Cultural, para as quais gostaria de obter informações actualizadas, que pudessem complementar alguma informação a que já teve acesso. Afirmou também que se é verdade que, de acordo com informações de que dispõe, a Feira Popular tão depressa não há-de ser instalada em Carnide, já a realidade do CAC é bem diferente, vendo-se este actualmente a braços com graves dificuldades e sérios problemas que se prendem com a intenção da CML em afectar os seus terrenos ao alojamento daquele parque de diversões, e consequentemente a necessidade da sua transferência para instalações ainda inexistentes.

Em relação a um encontro da CPCJ de Lisboa Norte, recentemente realizado na freguesia de Carnide, pediu também informações complementares.

Em tempo de resposta a estas questões, o **Presidente da Junta de Freguesia**, esclareceu que, relativamente à questão do deslizamento de terras verificado na Serra da Luz, a Junta de freguesia tem estado, desde o início, a acompanhar de perto a situação. Recordou que esta é uma área periférica, que até determinada altura foi partilhada entre as Freguesias da Pontinha-Famões e Carnide, e, assim também, entre os concelhos de Odivelas e Lisboa. Na sequência deste deslizamento de terras agudizou-se uma das situações que a Junta já temia há algum tempo, e que trouxe à luz o abandono a que toda esta área pertencente ao Concelho de Lisboa tem sido votada, não estando sequer a ser monitorizada pela Câmara Municipal. Recordou que, inclusivamente, os alertas acerca desta ocorrência foram despoletados pela Câmara Municipal de Odivelas, e que, só mais tarde, depois de se perceber que, geograficamente, a zona em questão pertencia ao município de Lisboa é que a CML accionou todos os mecanismos de protecção e socorro, envolvendo neles também a Junta de Freguesia de Carnide.

Acrescentou, ainda, que o morador desalojado foi de pronto acompanhado do ponto de vista social e que a sua situação está a ser seguida pelos serviços da Junta de Freguesia e pelos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa.

Sublinhou, também, que a junta de Freguesia considera importante que toda a antiga “franja militar”, contígua à estrada da circunvalação, seja assumida pela Câmara Municipal de Lisboa, o que não se tem verificado, originando, por exemplo, que crianças de Lisboa frequentem uma escola que supostamente esteve sob gestão da Câmara de Odivelas, que um campo de jogos ou um miradouro que durante anos estiveram sob gestão de Odivelas, estejam agora abandonados, etc, etc, etc... “Toda esta zona, que geograficamente deveria integrar a área do Bairro Padre Cruz, está agora abandonada” – disse o Presidente da Junta de Freguesia.

A propósito da questão que lhe fora colocada, relativa aos CENSOS do Associativismo, **FÁBIO SOUSA** informou que há já alguns resultados preliminares, mas que há ainda um trabalho de fundo a ser desenvolvido com os dados que entretanto foram sendo recolhidos e com as propostas que eles foram aportando. Sobre esta matéria **SUSANA CRUZ** acrescentou que os CENSOS tinham por objectivo avaliar o estado efectivo e real, com pormenor, daquilo que é o movimento associativo em Carnide. O trabalho de avaliação desta iniciativa foi constituído por dois momentos-chave; num primeiro momento foram feitas entrevistas a figuras com história no movimento associativo da freguesia; E um segundo momento foi feito através da aplicação de um questionário, enviado a todas as Associações, com perguntas claras, de números, de identificação de problemas, etc...

O propósito desta iniciativa – informou também **SUSANA CRUZ** – é o de se conseguir recolher dados, e identificar constrangimentos, com os quais se possa trabalhar e depois, junto com as diversas associações, procurar soluções.

Na sequência de toda esta dinâmica realizou-se, ainda, um Fórum do Associativismo, que reuniu praticamente todas as Associações e Movimentos de Carnide, e no qual se discutiram exactamente algumas dessas possíveis soluções para colmatar os constrangimentos identificados.

Pretende-se agora criar um Plano Estratégico de Desenvolvimento e Reforço do Movimento Associativo, que irá igualmente ser trabalhado em conjunto com todos os actores envolvidos.

No que concerne à questão dos trabalhadores, e respondendo às questões colocadas por VASCO FERREIRA, **FÁBIO SOUSA** afirmou que o Executivo reitera a sua matriz e o seu ADN de uma profunda ligação a todos os trabalhadores da Junta de Freguesia. Assim – disse - foi colocado como prioridade máxima o desafio da resolução da precariedade na freguesia. E acrescentou que, após o reconhecimento por parte do Executivo daquilo que são os precários, não foi entregue qualquer requerimento por parte de algum trabalhador que não tivesse sido assim identificado.

Do ponto de vista das Progressões e do SIADAP, **FÁBIO SOUSA** esclareceu que, aí sim, a junta de Freguesia tem sentido algumas dificuldades naquilo que é a implementação e a operacionalização do sistema de avaliação dos trabalhadores – até porque não havia esta prática -, mas que prevê que até final de Julho a situação possa estar regularizada.

No capítulo relativo à CCDR, o **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu que os documentos provisionais da autarquia foram enviados em devido tempo e de acordo com a

lei, pelo que, se os mesmos não foram ainda publicados, essa situação será da inteira responsabilidade da própria CCDR.

Acerca da questão da publicação do documento de decisão de reconhecimento dos vínculos precários aprovada pela deliberação do Executivo, **FÁBIO SOUSA** informou que no site da Junta de Freguesia, no item da informação institucional, está publicada toda a informação relativa ao Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, contudo, não podendo garantir com total certeza que lá esteja o documento concreto a que se refere VASCO FERREIRA, acrescentou que se houver em falta algum tipo de documentação que alguma das forças políticas desta Assembleia queira consultar, não a conseguindo encontrar naquela plataforma, de pronto a Junta de Freguesia a facultará.

Na continuação deste período de esclarecimentos, o **Presidente da Junta de Freguesia** concordou com a afirmação de DIANA VALE, reconhecendo e assumindo haver, efectivamente, alguns *itens* na informação escrita que não registam progressos, o que, por seu lado, constitui também um desafio para o reforço das energias do Executivo de forma a continuar-se a missão autárquica.

Congratulou-se, porém, com o facto de aquelas que o CDS reconhece como sendo as maiores fragilidades no relatório apresentado, residirem precisamente em assuntos que estão dependentes de outros organismos – nomeadamente da Câmara Municipal de Lisboa - e não propriamente da Junta de Freguesia de Carnide.

No tocante às reuniões havidas com o Vereador Ricardo Robles, a propósito das problemáticas das Escolas EB1 Prista Monteiro e Aida Vieira, **FÁBIO SOUSA** comunicou que, em consequência destes encontros, o senhor Vereador estabeleceu um compromisso concreto, sob a forma escrita, no qual se preconiza um calendário para as intervenções nas escolas em apreço. Assim, nele se concretiza, por exemplo, que o concurso de obra para a Escola Prista Monteiro decorra de Maio de 2018 a Outubro de 2018; que no final de Outubro haja uma reunião com a Junta de Freguesia para aferição do ponto de situação; e que o início da obra aconteça em Novembro de 2018, devendo esta decorrer até Abril de 2019. Quanto à Escola Aida Vieira, o período para elaboração do projecto deverá decorrer de Maio de 2018 a Julho de 2018; Em Agosto, haverá reunião com a Junta de Freguesia para aferição do ponto de situação; O concurso para a obra deverá decorrer de Agosto de 2018 a Janeiro de 2019; E a execução da obra, de Fevereiro de 2019 a Maio de 2019.

Relativamente à requalificação dos lotes do Bairro da Horta Nova, o **Presidente da Junta de Freguesia** afirmou que este tem sido um processo muito complicado. A CML em reunião descentralizada anunciou - à revelia da junta de Freguesia, que não tinha qualquer informação acerca deste assunto - que já tinha o Visto do Tribunal de Contas, que as obras iriam avançar brevemente e que tudo se estava já a encaminhar. Contudo, em recente boletim da GEBALIS é feito um ponto de situação relativamente à empreitada do Bairro da Horta Nova, mas sem precisar datas para o seu início, o que constitui uma séria preocupação para o Executivo.

A concluir este período de esclarecimentos e de informações, e abordando a temática da futura Feira Popular e do Clube Atlético e Cultural, o Presidente **FÁBIO SOUSA** confirmou a conjuntura muito complicada por que passa o CAC, sublinhando que a Junta de Freguesia tem acompanhado muito de perto esta situação e tem procurado dar todo o apoio possível e

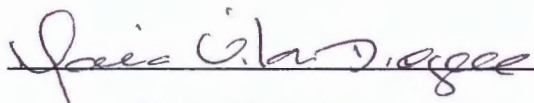
necessário a esta associação, procurando também dar-lhe um impulso muito grande de modo a não pôr em causa a próxima época desportiva do clube.

Disse, também, que neste momento estão a ser realizadas reuniões tripartidas, entre CML, Junta de freguesia e empresas eventualmente interessadas na construção do Complexo Desportivo onde futuramente se irá estabelecer o CAC, de modo a conciliar aquilo que é o valor considerado em caderno de encargos com aquilo que são as expectativas financeiras das empresas.

A encerrar esta Assembleia, foi lida e aprovada por unanimidade a Acta em Minuta e acordada a data de **17 de Setembro de 2018** para a realização da próxima sessão ordinária.

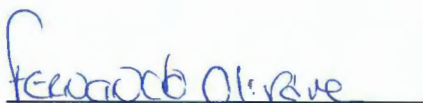
Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta Assembleia de Freguesia, eram zero horas e vinte e cinco minutos do dia dezassete de Abril, tendo sido lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por **MARIA VILAR DIÓGENES**, Presidente; **FERNANDO D'OLIVEIRA**, 1.º Secretário, que a redigiu e **MARIA JOSÉ CRUZ**, 2.ª Secretária.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



Maria Vilar Diógenes

1.º Secretário



Fernando d'Oliveira

2.ª Secretária



Maria José Cruz